

## Gestão é marcada por conquistas, recordes de arrecadação, avanços estruturais nas relações de trabalho

Um Fisco mais moderno, eficiente e atuante, modelo de referência em vários aspectos e, sobretudo, com servidores motivados e contribuintes bem atendidos. Nos últimos três anos, foram inúmeras as melhorias e os avanços da Secretaria da Fazenda de Pernambuco como, por exemplo, aquisições de ferramentas inovadoras, reformas e obras estruturadoras e novas metodologias de trabalho, que culminaram em arrecadações recordes. Para isso, vários desafios foram superados, sendo o principal deles a crise econômica nacional. Tais conquistas foram possíveis, porém, graças ao empenho e ao olhar empreendedor da administração fazendária, e à grande parceria com o corpo funcional.

Um clima organizacional favorável contribuiu bastante para o atingimento de resultados tão positivos. Hoje, existe uma relação pacífica e de muito entendimento entre a administração fazendária e a categoria, representada através do seu sindicato. Ao longo desses três anos, por meio de muito diálogo, pleitos históricos foram atendidos. As conquistas vão desde questões salariais até melhorias das condições de trabalho. A Sefaz, através da Secretaria de Coordenação Institucional (SCI), tem feito grandes investimentos para oferecer um ambiente físico confortável e estruturado aos servidores e contribuintes.

Entre as obras, é possível destacar as reformas do Edifício San Rafael, proporcionando uma acomodação mais



adequada às diretorias; da ARE Olinda; do Terminal Aeroviário; do Posto Fiscal de Marcolândia e a implantação da Central de Cargas de Petrolina. Obras importantes e bastante aguardadas pelo Fisco, como os novos postos fiscais de Xexeu e do Ibó, estão em andamento. "O parque tecnológico da Sefaz também foi totalmente modernizado, com a aquisição de equipamentos e desenvolvimento de sistemas, assim como toda a frota de veículos que foi integralmente renovada. A oferta de serviços de qualidade e um ambiente saudável ao servidor foram prioridades nesta gestão", ressalta o secretário da Fazenda, Paulo Câmara.

A atração de grandes empreendimentos, articulada no governo Eduardo Campos, transformou o perfil econômico de Pernambuco e, conseqüentemente, exigiu uma postura diferenciada do Fisco. Com isso, o Estado passou a figurar entre as economias que mais crescem no país, sem aumentar tributos e com sanções históricas em alguns segmentos.

As demandas desta nova realidade estão sendo atendidas com excelência pela Sefaz que, reestruturando a Área Tributária, alcançou uma melhor organização para o cumprimento de sua missão institucional. "No exercício desta tarefa, foram desenvolvidas novas sistemáticas de tributação, aperfeiçoando a legislação vigente, de acordo com as necessidades do cenário econômico e do Gover-

no, com novos mecanismos para otimizar o trabalho do Fisco", explica Paulo.

Outras mudanças implantadas ao longo da gestão compuseram esse processo, como, por exemplo, a evolução do modelo de gerenciamento matricial das ações fiscais, que traz na sua essência o combate à sonegação fiscal e o estímulo ao cumprimento das obrigações tributárias. Esse formato trouxe um maior controle das ações, desde o momento da propositura até a sua conclusão, e, como consequência, a melhoria da qualidade do trabalho desenvolvido, buscando o efetivo recolhimento dos valores devidos aos cofres públicos. "A metodologia de trabalho adotada foi primordial para desenvolvermos ações mais bem estruturadas, analisadas e com um escopo melhor definido. Esse investimento na qualidade da ação tem trazido grande retorno para a Sefaz", ressalta o secretário.

Os resultados foram alcançados ainda por meio de investimentos, inclusive em sistemas de informática, fundamentais para o planejamento e execução das ações fiscais. Além disso, a integração entre planejamento, execução e área meio foi importante para o bom andamento do processo. "O foco no trabalho em equipe, alinhado ao Planejamento Estratégico, está fazendo com que a Sefaz cumpra com excelência sua missão de prover e gerir os recursos financeiros necessários para implementação das políticas públicas de Estado", finalizou.

### Editorial

Elignati apid ea sum aut fugit inimit aperrum quisit alit vid experumquo veritatest dolori soloribus, odis excepero esequi qui aperovitis ut aut faccuparum quia es soloreh eniscipis rem et renihatur



as exerci as es volorum quata verrum aut quatas alisini endit at exere

Gralênia Melo  
Diretora do Conselho de Planejamento e Controle da Ação Fiscal (DCPCAF).



# Com nova metodologia de trabalho e corpo funcional motivado, desafios são superados

## FORMAÇÃO DA EQUIPE

Para o secretário Executivo da Receita Estadual, Oscar Victor Santos, uma das primeiras preocupações no início da gestão, em janeiro de 2011, foi a montagem da equipe. Todos sabem que as empresas progredem em função das suas respectivas habilidades em promover mudanças, avanços e melhorias. E toda mudança, avanço ou melhoria depende de projetos e, para bons projetos, é preciso uma equipe comprometida e aberta a desafios. Com um quadro de mais de 20 anos de serviços prestados, surgia a necessidade de se criar meios para envolvê-los e motivá-los para os desafios. “Conhecedores que éramos dos desafios que se apresentavam, precisaríamos superar paradigmas e do desprendimento de muita energia”, comentou Oscar.

## DESAFIOS

Alguns desafios já eram evidentes e até mesmo a manutenção do crescimento da arrecadação se mostrava desafiadora, uma vez que a gestão anterior trazia índices espetaculares. Outros desafios clamavam por soluções inadiáveis, haja vista a importância para a continuidade do crescimento da arrecadação como, por exemplo, os pedidos de ressarcimentos. Empresas representativas de nossa economia acumulavam valores significativos neste tipo de demanda e a legislação vigente só contribuía para este crescimento. Empresas de cunho regional sediadas no estado estavam inviabilizadas.

Já a ampliação da Substituição Tributária no final de 2010, que previu a antecipação tributária sobre os estoques existentes até dezembro daquele ano, funcionou como antecipação de receita criando um vácuo na arrecadação de 2011.

## A FORÇA DA EQUIPE

Para dar coesão e referência à equipe, lembrou o secretário, foi criado a figura do “Conselho Tributário”, através do fortalecimento do Conselho de Planejamento e Controle da Ação Fiscal (CPCAF), que permitiu o envolvimento, a motivação e a transformação de cada membro da equipe em um defensor da gestão da Secretaria Executiva da Receita Tributária. Essa mudança, que contou com a participação da Superintendência Jurídica da Fazenda, foi sem dúvida a grande ferramenta que possibilitou a execução de todo o planejamento e o alcance das metas estabelecidas, sem nenhuma revisão de índices no curso do exercício.

## OS RESULTADOS

Assim, com a formação da equipe, foi possível desenvolver um bom trabalho. Para os casos de ressarcimento, foram convocados representantes dos segmentos que apresentavam demandas, tais como o de Combustíveis, Atacados e Supermercados, além das centrais de distribuição. “Os problemas de formação de créditos fiscais das grandes empresas regionais inviabilizavam seu crescimento, evitando que novos investimentos aportassem por aqui. Estávamos travados nessa área”, explica Oscar. A partir de estudos e propostas trabalhadas pela secretaria e pelas próprias empresas, foi alcançada a solução para evitar a formação de novos créditos e, então, possibilitado o ressarcimento, gradativo e proporcional, aos seus respectivos crescimento de arrecadação. Assim, foi evitado o acúmulo e foram saneados mais de R\$ 300 milhões. “Esses valores não se apresentam como parte do crescimento da nossa receita, mas é tão importante quanto, haja vista que possibilitamos a manutenção dos empregos existentes e a criação de novos, através do aumento dos negócios ou da chegada de novos empreendimentos”, ressalta.

**Sabemos que a Secretaria, pela sua imprescindibilidade continuará a requerer sempre grandes investimentos, mas demos um grande salto nesse sentido. Acreditamos que mantemos a Secretaria da Fazenda forte e vigorosa para corresponder à grandeza do Estado.**



A partir de estudos apresentados e aprovados pelo CPCAF, foram implantados novos modelos de abordagem fiscal que estão sendo realizados pelas agências e pelos postos fiscais. Esse novo formato sincroniza-se com o modelo matricial já adotado pelas equipes de fiscalização de estabelecimentos. “Ao tempo que estendemos esse formato para as agências e postos fiscais, evoluímos as fiscalizações de estabelecimento, reuniões de partida e de chegada, onde podemos constatar se o que foi planejado efetivamente ocorreu na fiscalização. Podemos, agora, dizer que todas as ações fiscais passam pelo acompanhamento e monitoramento do CPCAF”, explica.

De 2011 a 31 de dezembro de 2013, a arrecadação cresceu 41,05% em termos absolutos e 18,15% descontados a inflação. “Saímos dos R\$ 8.613.845.468,00 para R\$ 12.150.131.512,00, aumentando nossa participação relativa na soma do ICMS dos estados brasileiros e na Região Nordeste”, diz Oscar.

Em uma análise rápida, para o mesmo período, é possível constatar a mudança na curva da relação ICMS arrecadado pelo PIB de Pernambuco, essa razão é tradicionalmente utilizada pela Equipe Econômica (CEET) da Sefaz. “Saímos de uma média de 9% no período imediatamente anterior para 9,74%”, detalha o secretário. Um detalhe que merece destaque é que, nesse mesmo período, o Confaz possibilitou novas concessões de benefícios fiscais, fato que deveria interferir nessa relação. No entanto, foi registrada ascendência da curva que demonstra, dentre outras coisas, um aumento da base contributiva através da eficiência das ações do fisco estadual, alcançando a maior razão do ICMS/PIB da história recente da Secretaria da Fazenda.

A gestão foi iniciada com 1.111 auditores e hoje são 1.028, estando com 333 cargos vagos. “Apenas na Área Tributária, só nesse período, perdemos mais de 50 auditores, contando atualmente com 860 colegas, o menor número de auditores disponíveis nos últimos vinte anos. Contudo, aumentamos em 70% o número de ações fiscais, chegando a 17.150 ações por ano. Alcançamos todos os municípios o Estado e o maior número de contribuintes abordados da nossa história. Assim como recebemos uma missão, estamos agora, passando o nosso legado como referência para os próximos gestores. Sabemos que a Secretaria, pela sua imprescindibilidade continuará a requerer sempre grandes investimentos, mas demos um grande salto nesse sentido. Acreditamos que mantivemos a Secretaria da Fazenda forte e vigorosa para corresponder à grandeza do Estado”, finaliza.



# SJF integra reuniões do Conselho da Área Tributária, melhorando o acompanhamento das ações judiciais

Desde o início dessa gestão, a Superintendência Jurídica da Fazenda (SJF) tem atuado de forma bastante próxima à Secretaria Executiva da Receita Estadual, em especial pelo fato da Área Tributária ser a sua principal demandante. Compreendendo a importância desta colaboração, a SJF passou a integrar permanentemente as reuniões do Conselho da Área Tributária, podendo, quando necessário, agilizar o encaminhamento jurídico de questões discutidas nos encontros, bem como conhecer e acompanhar as principais ações no âmbito das diretorias que compõem a SRE.



Como exemplo exitoso fruto dessa parceria, pode ser citado o completo entrosamento da SJF com a DTO, na elaboração de todas as normas tributárias, e com a diretoria da COTEPE, no acompanhamento das normas emanadas pelo Confaz. Para o superintendente Jurídico da Fazenda, Nilo Otaviano, o aperfeiçoamento do trabalho de acompanhamento das ações judiciais é outro ponto que merece destaque nesta gestão, uma vez que, não só os mandados de segurança, mas todas as ações judiciais nas quais a Sefaz é parte, passaram a ser controladas, passo a passo, com atualização diária e praticamente em tempo real. "Hoje, de qualquer computador da Sefaz ligado à Intranet, a fiscalização pode verificar a situação atual de cada ação judicial. Dessa forma, pode-se saber, por exemplo, em qualquer posto fiscal, se uma cópia de despacho concessivo de liminar para não apreensão de mercadoria, de determinada empresa, está ou não em vigor", ressalta Nilo.

Além desse acompanhamento, a Superintendência Jurídica tem aperfeiçoado as informações a serem prestadas à Procuradoria Geral do Estado (PGE), de forma a subsidiar, com melhores argumentos fáticos e jurídicos, a elaboração de peças mais bem fundamentadas em defesa do Estado. Para isso, criou-se, em maio de 2013, a Gerência de Acompanhamento das Ações Judiciais, na estrutura da SJF. "A Procuradoria passou a nos solicitar subsídios para a análise de todas as consultas em tramitação no TATE", comentou.

Ainda sobre a relação com a PGE, o superintendente destacou que todas as demandas das diretorias, relativas

a questões que possam ter algum reatamento na Procuradoria da Fazenda Estadual (PFE), passam, antes, pelo crivo da SJF, diminuindo sensivelmente as demandas junto à PFE e permitindo a agilização das respostas. Por sua vez, quando os temas são relacionados a questões tributárias, também é realizada consulta à DTO, que, na maioria dos casos, já tem a solução das demandas. "Isso profissionaliza mais a Sefaz e melhora a nossa relação com a PGE, ao encaminharmos apenas as questões que, efetivamente, tenham que redundar num pronunciamento final daquele órgão", explica Nilo.

A Superintendência Jurídica, por outro lado, continuou cumprindo muito bem o assessoramento direto ao secretário da Fazenda nas questões jurídicas mais importantes da instituição. Nesse sentido, vale destacar a participação da SJF nas discussões com empreendimentos estruturadores que estão se instalando no Estado, tais como a FIAT e a Refinaria Abreu e Lima, os quais, a todo momento, demandam apreciações de novos pleitos e de aperfeiçoamentos dos benefícios fiscais existentes.

Por fim, destaca-se a participação fundamental da SJF nas discussões com contribuinte do segmento de combustíveis, iniciadas ainda em 2011, acerca da questão do GNV consumido no Estado, dando um fim às discussões teóricas que vinham se arrastando desde 2007. Com isso, teve início a fundamentação, aprofundada pela PGE, por sugestão da SJF, da maior autuação da história da Sefaz, concretizada num auto de infração, ainda em 2011, no montante de R\$ 376 milhões.



# Evolução da arrecadação do ICMS e da economia de Pernambuco

A economia de Pernambuco tem apresentado um elevado crescimento, inclusive com a taxa de aumento do PIB superior a do Brasil, apesar de ter sido registrada uma redução significativa desta nos últimos dois anos. De maneira análoga, a Coordenadoria de Estudos Econômicos Tributários (CEET) registrou uma forte correlação entre essa taxa de crescimento do PIB com o incremento da arrecadação do ICMS, a partir de vários indicadores analisados para a definição do Índice de Desempenho.

De acordo com o coordenador da área, Antônio Lima, uma importante parcela do crescimento do PIB é oriunda de projetos incentivados pelo Governo, que trazem uma forte parcela de renúncias do próprio ICMS. "Apesar dessa forte aderência entre o PIB e a arrecadação de ICMS, não se pode justificar claramente porque a taxa de crescimento da arrecadação ao longo desses anos se mantém acima do PIB", completou.

Uma análise mais focada na evolução da relação entre o ICMS arrecadado no Estado e o próprio PIB indica, de certa forma, a eficiência do Fisco na sua atuação dentro da economia. Entre os anos 2000 e 2003, a ação da Secretaria da Fazenda conseguiu manter a arrecadação de ICMS em patamares, cuja relação ICMS/PIB se mantém em valores da ordem de 8%. Essa relação evoluiu a partir de 2004 até o ano de 2010 para um patamar pró-

ximo a 9% e, a partir de 2011, a evolução atingiu valores de até 9,77%.

A primeira transição, entre os patamares de 8% a 9%, explicou Antônio Lima, coincide com a maturidade da gestão da Área Tributária, após a criação e consolidação das Gerências de Segmentos. "Isso permitiu um melhor conhecimento do Fisco sobre o funcionamento das cadeias produtivas e comerciais da economia, permitindo um melhor planejamento e controle das ações fiscais, cujos resultados se convertem em uma melhor eficiência arrecadatória", explica Antônio.

A partir do ano de 2011, apesar de várias ações de desonerações (a exemplo do Decreto 37.716, de 29/12/11, que criou o PROINFA para contemplar as indústrias que investiam na infraestrutura inicial das fábricas), os estudos demonstram a segunda elevação de patamar na eficiência arrecadatória, rompendo a barreira de 9,5% do PIB-PE. Para o coordenador, uma parte importante dessa elevação vem da estratégia de permitir aflorar e converter os créditos tributários em arrecadação efetiva, por meio de Leis Complementares, a exemplo das LC 184, de 17/10/11, e LC 238, de 19/09/13.

Em outra frente é possível constatar que essa maior eficiência da máquina arrecadatória se mostra de forma mais evidente, quando observa-se a evolução da ar-



recadação oriunda do código de Receita 998-0 (Débitos Fiscais e Processos), em relação ao total arrecadado de ICMS. A participação desse código de receita apresenta uma evolução crescente, saindo de um patamar de 3,5%, entre os anos 2000 e 2006, evoluindo para valores da ordem de 4,0% a partir do ano 2007, culminando, nos três últimos anos, em percentuais médios de participação de 4,5%. "Os resultados demonstram que, apesar de não haver aumento de carga tributária e de haver registros de situações de desonerações, a atuação do Fisco na economia se apresenta de forma mais eficiente, permitindo a evolução de arrecadação de ICMS acima do crescimento do PIB", reforçou.

## DFE e DPC

Atenta a nova realidade mercantil imposta pela chegada dos grandes empreendimentos no Estado, a Gestão Fazendária implantou uma série de mudanças significativas em sua estrutura, dentre as quais a criação, em 2013, da Diretoria de Fiscalização Estratégica (DFE) que possibilitou à administração focar atenção especial nos grandes contribuintes, além de acompanhar continuamente a regularidade fiscal dos mesmos. Tais esforços, somados à integração com as demais áreas, sobretudo com a DPC, a DTO e a SJF, estão ajudando a alcançar ótimos resultados e, conseqüentemente, incrementar a arrecadação do Estado.

Para o diretor José Carlos Auto, a DFE representa uma mudança de visão, garantindo uma gestão mais eficiente da ação fiscal, buscando o incremento da arrecadação sem o aumento de carga tributária. "Isso está permitindo a realização de um trabalho mais qualificado. A diretoria surge para aperfeiçoar o atual modelo de Gerenciamento Matricial da Receita", colocou.

Entre as medidas adotadas, a DFE criou um Mapa Estratégico, ressaltando a missão, os compromissos e o modelo de gestão e articulação, alinhados com as políticas fazendárias. A arrecadação da diretoria está concentrada em um número reduzido de contribuintes, mas que representa, aproximadamente, a metade do ICMS do Estado. "Em 2013, 89% da arrecadação total da diretoria esteve concentrada em apenas 25 empresas que são acompanhadas e monitorizadas pela nossa equipe", ressaltou. Esses contribuintes arrecadaram R\$ 5,7 bilhões, ultrapassando em 9,05% o ano de 2012. O valor total representou 47% do montante do ICMS em Pernambuco. "Conseguimos superar a meta estipulada em R\$ 117,9 milhões, valor conseguido em grande parte pelas ações de cobrança de débitos fiscais", explica José Carlos.

A DFE ainda trabalha integrada com a DTO e a SJF, uma vez que o grupo fiscalizado sofre influência direta das políticas aplicadas pelo Governo Federal e pelas Agências Reguladoras, como a ANP, ANEEL e ANATEL. O resultado disso foi uma correção na tributação de uma empresa do segmento de Combustível, que gerou um adicional de arrecadação do óleo combustível destinado às termoelétricas de R\$ 123,8 milhões, correspondente à diferença entre a carga tributária de 9,12% para 19,12%. "Caso não tivéssemos sido orientados pela DTO e SJF, a empresa ao invés de recolher os R\$ 264,9 milhões, arrecadaria apenas R\$ 141,1 milhões. O acréscimo de R\$ 123,8 milhões foi importante para os números da arrecadação em 2013", reforçou o diretor.

Ainda em função das suas características, a DFE tem estreita integração com a Diretoria de Planejamento da Ação Fiscal (DPC), sendo este trabalho executado mais fortemente junto aos segmentos econômicos de Combustível, Energia e Telecomunicações (grupo dos preços administrados) e de Substituição Tributária. No entanto, os demais segmentos, como Veículos, Indústria de Alimentos, Indústria, Medicamentos, Atacado e Bebidas também são trabalhados conjuntamente pelas duas diretorias.

A DPC, segundo a diretora Luciana Antunes, é a repre-



Luciana Antunes | Diretora da DPC e José Carlos | Diretor da DFE

sentante direta no desenvolvimento das políticas tributárias, além de focar na melhoria do processo de arrecadação, fiscalização e controle dos contribuintes. Na gestão, foram alcançados ganhos significativos, decorrentes das medidas adotadas. "Buscamos a integração entre as áreas, sem a qual não teríamos o sucesso na realização destas políticas", ressalta, destacando, ainda, a importância da DTO, da DAS e da SJF no processo.

A eficiência deste trabalho integrado pode ser comprovada através dos resultados alcançados. Os segmentos econômicos de Combustível, Energia e Telecomunicações, em 2009 e 2010, participavam com 25,72% dos créditos tributários levantados nas ações fiscais. Já no período de 2011 a 2013, essa participação passou para 36,85%, mostrando uma maior eficiência das equipes fiscais.

Houve um aumento no percentual de ações fiscais com efetivo retorno financeiro, saindo de uma média de 13,87% em 2009 e 2010, para atingir, nestes últimos três anos, um percentual de 21,21%. "Verificamos, ainda, que os valores nominais de crédito tributário passaram de uma média de R\$ 596,92 milhões, em 2009 e 2010, para uma média de R\$ 1,9 bilhão, demonstrando a eficiência tão buscada pela administração tributária. Este resultado ratifica a decisão tomada de reestruturação promovida pela Secretaria Executiva da Receita Estadual (SRE) na busca de uma maior efetividade da ação fiscal", enfatizou Luciana.

Ainda segundo ela, houve também grandes avanços com relação às políticas tributárias adotadas pela SRE, sendo fundamentais para "melhorar a arrecadação sem aumentar a carga tributária, ampliando o espaço fiscal para investimentos e promoção do desenvolvimento". Entre os destaques estão o novo Sistema de

Escrituração Fiscal, permitindo maior controle das informações e fornecendo mais subsídios para o controle da arrecadação e propositura de ações fiscais; o aprimoramento do Cálculo Automático da Antecipação e Substituição Tributária; e a ampliação do Programa Malha Fina, efetivando a cobrança do ICMS com base nas informações das administradoras de cartão de crédito e da declaração do contribuinte, permitindo um incremento de mais de 100% neste código de receita nesta gestão.

Medidas de combate à sonegação fiscal do segmento de produção e comercialização de álcool combustível; implantação de certificação e controle de vasilhames de botijões retornáveis, com utilização de selos fiscais que comprovem a procedência e registro; implantação de mecanismos de gestão de risco e de monitoramento do comportamento fiscal do contribuinte; negativação de contribuintes devedores no Serasa e a regulamentação do novo regime especial de fiscalização também estão entre os avanços da política fiscal aplicada.

"Continuamos na busca do aperfeiçoamento das políticas implementadas, bem como no planejamento e efetivação das ações para superar os desafios que florescem com os avanços tecnológicos. Entre estes, destacamos a implementação da NF-e de venda ao consumidor, que proporcionará maior controle e menor custo ao contribuinte e a Sefaz", concluiu Luciana.

**"Ainda em função das suas características, a DFE tem estreita integração com a Diretoria de Planejamento da Ação Fiscal (DPC), sendo este trabalho executado mais fortemente junto aos segmentos econômicos de Combustível, Energia e Telecomunicações (grupo dos preços administrados) e de Substituição Tributária".**

## Norte e Sul

O ano de 2013 foi de readaptação para a Área Tributária. No entanto, a atuação da gestão, trouxe uma novo fôlego e uma visão de futuro para o Fisco. Neste cenário, as Regionais Norte e Sul foram redesenhadas, com relação aos contribuintes de sua competência. A criação da nova estrutura exigiu uma mudança do foco das diretorias e, como consequência, um grande desafio para se readaptar e para atingir as metas traçadas.

De acordo com o diretor da Regional Sul, José Francisco Duarte, a mudança, porém, abriu espaço para um trabalho direcionado e mais minucioso, junto às empresas de médio e pequeno porte, e aos polos industriais. No caso da Sul, o Complexo Industrial Químico-Têxtil, Metal Mecânico, bebidas, grandes atacadistas, supermercados e usinas. “Estamos potencializando os recursos disponíveis e aperfeiçoando a seleção das ações. Para isso, utilizamos ferramentas tecnológicas e trabalhamos cada vez mais integrados, inclusive com outros órgãos”, completou.

Desde o início da gestão, ele explicou que foi traçado um plano de ação que é trabalhado de forma integrada entre as áreas de Auditoria, Posto Fiscal e ARE, além de contar com a participação efetiva de outros setores da Fazenda. Além disso, visitas semanais de inspeção, acompanhamento e controle são realizadas em cada uma das Unidades Fiscais, garantindo o envolvimento permanente com as diretrizes estabelecidas.

As ações consideradas prioritárias estão sendo diretamente acompanhadas, de forma a garantir o retorno efetivo do crédito tributário lavrado. “Elegemos as ações mais importantes e fazemos o monitoramento passo a passo, até o pagamento do auto ou julgamento do TATE. Estamos trabalhando ainda com o objetivo de garantir a qualidade e o retorno da ação conforme propositura”, enfatizou José Francisco.

Para encarar os desafios, a IDRR Sul investiu em um planejamento inovador, associado a uma execução integrada e criativa, o que garantiu um ano com bons resultados. “Apesar da crise econômica e de frustrações pontuais de receitas em decorrência da saída de grandes indústrias e de centros de distribuição da Regional, a I DRR Sul vem, em parceria com demais diretorias, executando com êxito sua missão”, reforçou José Francisco.

Na Regional Norte, o processo de reestruturação também requereu uma readequação de atividades, com mudança de foco. “Em nosso caso específico, boa parte da arrecadação provinha de contribuintes dos segmentos de Energia e Telecomunicações, os quais demandavam atenção e acompanhamento, traduzidos por concentração de esforço do corpo de auditores sobre estes”, explica o diretor Flávio Mota.

Para alcançar mais contribuintes, ou seja, buscar essa arrecadação pulverizada, foram incluídos novos componentes das demais áreas, outras metodo-

logias de trabalho, identificadas atividades e processos em curso que não eram mais relevantes e redefinidas as prioridades da Regional. Os Postos Fiscais e as Agências da Receita Estadual também foram alvo desta redefinição de atividades, adotando um postura mais proativa e com maior participação na arrecadação.

Sendo assim, segundo Flávio, entre 2012 e 2013, a Regional dobrou a capacidade de execução de tarefas; superou o crédito tributário lavrado, ou seja, o retorno total das ações executadas foi maior do que o de 2012, incluídos na base de comparação os contribuintes que não mais compõem a diretoria e registrou evolução da arrecadação de débitos fiscais à taxa maior do que o dobro da arrecadação da própria Regional. “Outro dado expressivo, é que nossa arrecadação total apresentou crescimento superior a do Estado, com o incremento em níveis acima do previsto pela meta estabelecida, além até da margem do próprio intervalo de confiança em que se esperava que a mesma recaísse”, ressalta.

Para o diretor, os resultados apreciáveis são fruto do trabalho de muitos. “Egresso da DPC, conhecia a excelência do corpo gerencial da Regional Norte e a competência na execução das ações – uma amostra são os resultados de recuperação de débitos já mencionados. Tal estatuto constituiu-se em facilitador para o vulto do trabalho que logo mais se exigiria”, finalizou Flávio Mota.

**“As Regionais Norte e Sul foram redesenhadas, com relação aos contribuintes de sua competência. A criação da nova estrutura exigiu uma mudança do foco das diretorias e, como consequência, um grande desafio para se readaptar e para atingir as metas traçadas”**



José Francisco | Diretor da Regional Sul e Flávio Mota | Diretor da Regional Norte

## Caruaru e Petrolina

Nos últimos três anos, a Secretaria da Fazenda vem ampliando e fortalecendo, de forma estruturada, a presença do Fisco no interior do Estado. Para alcançar tal propósito, a integração entre as áreas e parcerias com demais diretorias têm sido fundamentais. Essas diretrizes, somadas às melhorias na infraestrutura das unidades, estão otimizando os resultados das Regionais Caruaru e Petrolina.

“Integrar as unidades e engajar os servidores sempre foram diretrizes básicas da nossa gestão, visando maximizar os resultados, tanto em volume de arrecadação quanto em quantidade de ações, além de atingir todas as circunscrições com a presença efetiva do Fisco”, reforça o diretor da Regional Caruaru, Benedito Santos.

Ainda segundo Benedito, as AREs, os Postos Fiscais e a GEAF interagem permanentemente, tanto no planejamento quanto no curso da execução das ações fiscais. Com relação às parcerias, várias operações exitosas foram realizadas junto à DOE, combatendo esquemas específicos de sonegação típicos da região, como é o caso do uso de empresas “laranjas” no setor de confecções. Com a DPC, o foco é o aperfeiçoamento do planejamento das ações fiscais direcionadas para a região. “O combate intensivo aos esquemas de sonegação fiscal teve seu êxito logrado pela sinergia alcançada por meio desta integração. Essas ações foram fundamentais para a busca de resultados”, completou Benedito.

“A Regional Caruaru conta com uma das melhores estruturas físicas da Sefaz, tanto na sede quanto na maioria das unidades, resultado da colaboração expressiva da gestão. Nos últimos três anos, com o apoio do secretário Paulo Câmara, e dos secretários executivos Oscar Victor Santos e José Francisco Cavalcanti Neto, foram implementadas várias reformas,

além da renovação do parque de informática e da frota de veículos. Todas estas iniciativas tornaram mais confortável as condições de trabalho dos servidores e de atendimento ao cidadão. Essas conquistas tiveram um papel relevante em nosso desempenho, pois nos sentimos prestigiados”, destacou o diretor.

Em 2013, foi criada a equipe de Fiscalização Itinerante de Cobrança de Créditos Tributários, sendo programado para este grupo uma série de ações fiscais de baixa complexidade e concentrada em uma determinada área geográfica. Desta forma,



**Benedito Santos** | Diretor da Regional Caruaru

foi possível alcançar um grande número de abordagens com baixo custo operacional, tais como ações de cobrança do ICMS Fronteiras, do Malha Fina, da Inadimplência dos Parcelamentos e dos Débitos Passíveis de Notificação. Com isso, além de ampliar significativamente a quantidade de ações fiscais por auditor, a Regional alcançou excelentes resultados, especialmente em relação ao Malha Fina, com arrecadação superior a 170% em relação a 2012.

A II Região Fiscal Caruaru é composta por 94 municípios, da Zona da Mata, do Agreste e do Sertão, tendo como principais fontes de arrecadação os segmentos de Tecidos, Atacado e Indústria de Alimentos, Varejo e Material de Construção. A Regional é caracterizada pela grande extensão territorial e pela preponderância de contribuintes de médio e pequeno porte.

Do outro lado do mapa, está o Sertão de Pernambuco, cuja sede do Fisco fica em Petrolina. Os investimentos nesta Regional também são um marco da gestão, atingindo o Estado em sua totalidade e levando o desenvolvimento ao interior. Além de uma nova sede inaugurada em 2011, no ano passado foram concluídas as reformas da ARE Araripina e da Central de Tratamento de Notas, além de iniciada a reforma do Posto Fiscal de Araripina.

Essas melhorias, somadas às políticas tributárias implantadas e ao empenho dos auditores, possibilitaram a constituição de Créditos Tributários, ao longo dos exercícios de 2011, 2012 e 2013, no montante de R\$ 160 milhões, formalizados por meio de 834 processos, refletindo diretamente na arrecadação da Regional que fechou o ano alcançando a marca de R\$ 307 milhões, superando a meta estabelecida. “Isso configura um empenho bastante relevante, sobretudo dadas as condições regionais - seca e redução dos investimentos em obras federais de grande vulto, como a Transnordestina e Transposição do Rio São Francisco”, ponderou o diretor, Ricardo Milano.

No que diz respeito ao combate à sonegação fiscal, uma das prioridades da gestão foi coibir a emissão de NF-e's por empresas “laranjas”, que acobertavam de forma irregular o escoamento da produção do gesso e da gipsita do Araripe, sonegando o ICMS Frete, uma das principais fontes de arrecadação da Região. Assim, depois da Operação Gipsita, realizada em conjunto com a DOE, Inteligência Fiscal, Delegacia de Crimes Contra à Ordem Tributária e com a Polícia Militar, foi instituída a Portaria 197, de 16.12.2011, que possibilitou um incremento de 1.122% na arrecadação do código de Receita 107-3 no ano de 2012 em relação a 2011. Até hoje, está sendo mantido esse patamar de receita.



**Ricardo Milano** | Diretor da Regional Petrolina



## Diretoria de Antecipação e Sistemas Tributários - DAS

A integração entre as áreas operacionais e de sistemas foi um dos principais ganhos da Diretoria de Antecipação Tributária (DAS), sobretudo no que diz respeito ao Sistema de Controle de Mercadorias em Trânsito (CMT) e a Gerência de Controle e Análises de Documentos Fiscais (GCAD) que, neste novo formato, passou a fazer parte da diretoria. A mudança ajudou a corrigir distorções e, conseqüentemente, a prestar um serviço de melhor qualidade.

O CMT é um dos principais sistemas do Fisco Estadual, e tem como principal usuário a própria GCAD. “A partir do momento em que gestores e usuários passam a integrar uma mesma área, facilita a troca de informações e o andamento dos processos”, ressalta o diretor Willams Rocha. Com isso, o sistema da Antecipação Tributária (058-2), passa a ter todo o seu trâmite alocado na DAS. A Gerência de Controle e Análises de Documentos Fiscais trabalha agora desde a parametrização, passando pelo cálculo, até a possível contestação da cobrança. O 058-2 responde por, aproximadamente, 15% da arrecadação do Estado. Antes, os esforços eram divididos entre as extintas DRT e DFM.

Com a missão de dar suporte às diretorias de execução e de Planejamento da Ação Fiscal (DPC), a DAS registrou ainda inúmeros avanços na atual gestão, tais como a implantação do SEF II, que abrange os aplicativos do Sistema de Escrituração Contábil e Fiscal (SEF 2012) e do Sistema Emissor de Documentos Fiscais (eDoc 2012); a implementação da negativação de contribuintes em dívida no SERASA; a emissão do DAE da Notificação de Débito Automática de IPVA direto do site do Detran; Cofimp Eletrônica; Integrador Regional com a Jucepe; download da NF-e por parte do contribuinte; pagamento do DAE nos bancos conveniados por meio do site da Sefaz e o credenciamento automático de transportadoras e da sistemática de tecidos.

Destaca-se, ainda, a atenção especial que foi dada para dois grandes projetos: a

implantação definitiva da Guia Nacional de Recolhimento eletrônico (GN-RE), sistema desenvolvido e administrado nacionalmente pela Sefaz; e a Contestação Eletrônica, que consiste em possibilitar ao contribuinte receber e contestar, caso verifique alguma inconsistência, as informações do cálculo da antecipação tributária. Tudo é feito por meio eletrônico, evitando o deslocamento do contribuinte a uma unidade de atendimento. Para esse caso, em especial, foi alterada a norma que disciplinava o procedimento específico. “Temos a competência de gerir os sistemas tributários, concentrando esforços no aperfeiçoamento de processos e auxiliando no alcance das metas. Nossa missão é melhorar cada vez mais esse gerenciamento”, destaca Willams.

Para o diretor, as mudanças implantadas pela Secretaria Executiva da Receita Estadual, o patrocínio incondicional do Secretário da Fazenda, melhoraram a prestação de serviço por parte da DAS aos seus usuários internos e externos. “Graças a competência e dedicação de todos que compõem a DAS, os bons resultados estão chegando e mais alguns chegarão ainda em 2014”, informa, destacando, ainda, a parceria com a Secretaria Executiva de Coordenação Institucional (SCI).



## Diretoria de Operações Estratégicas - DOE

Em atividade há cerca de um ano, a Diretoria de Operações Estratégicas (DOE) alcançou resultados significativos e uma estrutura de primeira linha. O apoio dispensado pela gestão foi determinante para essas conquistas, tendo como marco a participação dos secretários Paulo Câmara e Oscar Victor na reunião de partida da Operação Gipsita, em Salgueiro. Segundo o diretor Anderson Alencar, o modelo já estava concebido, no entanto a estrutura não estava alinhada com a necessidade imposta para a formação de um Grupo de Operações Estratégicas, eficiente e ágil.

Entre tantas conquistas, merece destaque a Unidade Móvel de Fiscalização. Trata-se de um trailer semirreboque, dotado de ferramentas e acessórios especialmente concebidos para abrigar toda a infraestrutura necessária para a execução dos trabalhos de fiscalização. A unidade conta, entre outras comodidades, com duas salas climatizadas com 12 estações de trabalho, dormitório, copa e ainda elevador de acesso a portadores de necessidades especiais. Possui também completa estação multimídia para o uso de audiovisuais em aulas ou para reuniões de partidas das operações. “A unidade leva ainda conforto para população, pois o contribuinte resolve suas pendências ainda no local da autuação”, completou Anderson.

Outro ponto alto registrado nesta gestão é a nova sede que a diretoria ganhou, com instalações modernas e espaçosas, atendendo plenamente as necessidades de trabalho. Um detalhe de extrema importância é que o novo prédio passou a abrigar a Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária (DECCOT). “Trazer um delegacia especializada, da importância da DECCOT que se junta a nós para extirpar do mercado os sonegadores contumazes, representa para a diretoria um ganho exponencial”, ressalta.



A metodologia de trabalho da DOE vai além da constituição do crédito tributário. Suas ações buscam também regular o mercado, deixando ganhos perenes em favor da arrecadação. “Ao desarticular quadrilhas envolvidas em sonegação fiscal e crimes afins (lavagem de dinheiro, pirataria, formação de quadrilha), combatemos diretamente os grupos voltados à proliferação da concorrência desleal no mercado, extremamente maléfica para a sociedade”, destaca Anderson.

Neste sentido, a DOE vem estreitando os laços com órgãos federais, como a Receita Federal e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), além daqueles no âmbito estadual, a exemplo da PGE e MPPE. Essas parcerias estão trazendo grandes resultados, com destaque para Operação Hora Certa, que desmanchou um grande esquema de sonegação fiscal envolvendo a comercialização de jóias e relógios importados de alto valor; a Operação Oriente II, que combateu o comércio irregular de mercadorias de origem chinesa; e a Operação Alcatrão, contra a produção e comercialização de cigarros falsificados.

Com o perfil diferenciado das ações consideradas rotineiras, a DOE passou a contar mais efetivamente com subsídios oriundos dos trabalhos da Diretoria de Inteligência Fiscal (DIF). A Operação Curto-circuito, desencadeada a partir de um trabalho investigativo excepcional da DIF, foi um dos resultados dessa parceria que redundou em R\$ 20 milhões em autuações e mais de R\$ 10 milhões em crédito tributário, todo regularizado. A ação desarticulou um grande esquema de sonegação envolvendo um grupo de empresas do segmento varejista de móveis e eletrônicos.

“A Atual gestão conseguiu um grande feito. Acreditou não apenas em um novo modelo mas, e, principalmente, nas pessoas. O resultado disto foi extraordinário. Uma diretoria formada não apenas por móveis e equipamentos novos, mas por servidores renovados e extremamente estimulados, objetivando atingir, com êxito, a sua nova missão”, finalizou.

## DTO e DBF

Para uma interpretação mais precisa quanto à aplicação da legislação tributária e, ainda, quanto ao desenvolvimento de novas políticas, a Secretaria Executiva da Receita Estadual encontra na Diretoria de Tributação e Orientação (DTO) uma parceira fundamental. A DTO deve, entre as suas competências, “promover a sistematização e a divulgação da legislação, além da orientação, interna e externa à Sefaz”. Com os esclarecimentos, as diretorias da SRE garantem a legalidade dos atos, evitando contestações por parte dos contribuintes, por exemplo.

Além disso, outro aspecto considerado muito relevante, segundo o diretor da área, Manoel Vasconcelos, é o desenvolvimento de novas sistemáticas de tributação. “Essas demandas surgem para aperfeiçoar a legislação vigente, adequando às necessidades do cenário econômico e do Governo, e trazem novos mecanismos para otimizar o trabalho da área tributária”, explica.

Nesse aspecto, Manoel ressalta a alteração na Lei nº 10.654/91, relativamente ao prazo para retirada das mercadorias apreendidas, evitando que os produtos permaneçam em poder do Fisco por tempo indeterminado, ocupando com sua guarda tanto os depósitos da Sefaz, quanto das transportadoras (nomeadas como fiéis depositárias); e a alteração da sistemática de ressarcimento do ICMS cobrado indevidamente ao contribuinte, estabelecendo um período de 90 dias para ser apreciado pela Sefaz e, quando ultrapassado esse prazo, o contribuinte poderá ser ressarcido, ficando sujeito a posterior homologação do Fisco.

A elaboração, em parceria com a DBF, de uma sistemática de tributação do ICMS concedendo incentivos para a criação de tilápia no interior do Estado e de uma legislação para o Programa Conexão Cidadã, criado pela Secretaria de Ciência e Tecnologia, dando incentivos para a implantação de telefonia 3G também no interior, são outras iniciativas de destaque. “Toda mudança que envolve legislação passa pela DTO. E o objetivo dessas novas políticas é estabelecer um maior controle sobre os contribuintes, evitando a evasão fiscal, e, conseqüentemente, melhorando a arrecadação”, comentou Manoel.

Em sua estrutura, a diretoria conta com a Gerência de Orientação ao Contribuinte (GEOC) e a Gerência de Legislação e Processos (GELP), sendo concentrada nesta últi-

ma as demandas da Área Tributária. Também compete à DTO a elaboração de atos normativos de interesse da Administração Fazendária; o assessoramento, em matéria de política e legislação tributária, ao Secretário da Fazenda, ao Secretário Executivo da Receita Estadual e aos órgãos fazendários; e a análise dos processos relativos às matérias de natureza tributária, proferindo os respectivos pareceres, despachos e informações.

Neste sentido, muitos foram os avanços alcançados nesta gestão, impulsionados pela política tributária nos últimos três anos. E as alterações na legislação têm sido fundamentais para garantir o sucesso deste processo. Uma delas, porém, é bastante expressiva por tratar do Prodepe. Assim, por conta da importância dessa temática, a reestruturação da Área Tributária transformou a antiga DBM em Diretoria de Controle e Acompanhamento de Benefícios Fiscais (DBF), tirando a relação com os municípios da sua competência. A DBF passou a ter um foco maior no monitoramento dos contribuintes beneficiários de incentivos fiscais.

**“Na busca por esse controle e por melhorias dos programas, foram realizadas mudanças na Lei do Prodepe, juntamente com a DTO, trazendo um ganho significativo à gestão”**

Na busca por esse controle e por melhorias dos programas, foram realizadas mudanças na Lei do Prodepe, juntamente com a DTO, trazendo um ganho significativo à gestão. Segundo o diretor da DBF, Abílio Xavier, a penalidade pelo não cumprimento de uma obrigação acessória, como a não entrega do SEF, era maior do que se a obrigação principal fosse infringida. Diante disso, a hipótese de perda foi convertida para impedimento, ou seja, enquanto estiver irregular, o contribuinte fica impedido de utilizar o benefício.

Com este foco específico, outros desvios estão sendo aperfeiçoados, como a terceirização de indústrias fora do Estado, fato que causa uma concorrência desleal. “É injusto com os estabelecimentos instalados no Estado, com estrutura e maquinário, uma vez que, a indústria, sem os mesmos custos tinha o mesmo benefício, mas produzia em outro Estado”, explica Abílio. O fato levou a negação de vários pleitos no Comitê Gestor. “No decorrer de 2013, negamos quase todos, exceto algumas empresas que já tinham acordos com o Estado. Isso levou a retirada do texto da lei que per-

mite a terceirização fora do Estado”, ressaltou.

Além disso, houve a criação de mais alguns controles, como a exigência da CND na concessão dos benefícios; a construção de um sistema para verificar com maior ri-

gor os benefícios concedidos no caso de ampliação e ampliação com nova linha de produção, onde foram verificadas várias irregularidades nos projetos; e uma análise mais aprofundada de alguns segmentos, o que levou a negativa de benefícios para alguns segmentos. “Hoje, esta gestão conseguiu aperfeiçoar, através da DBF e com o apoio das demais áreas, o acompanhamento aos contribuintes incentivados, assegurando o cumprimento das obrigações e a justiça fiscal em Pernambuco”, concluiu Abílio.



Manoel Vasconcelos | Diretor da DTO e Abílio Xavier | Diretor da DBF

# Diretoria de Inteligência Fiscal - DIF

A Secretaria da Fazenda de Pernambuco tem na sua Diretoria de Inteligência Fiscal (DIF) uma referência nacional. No entanto, na atual gestão, os trabalhos foram fortalecidos, tendo como marco a participação da DIF no modelo colegiado do Conselho Fiscal da Fazenda de uma maneira mais efetiva, no que diz respeito as decisões conjuntas sobre assuntos estratégicos da Área Tributária.

A missão da DIF é “coordenar e realizar as atividades de inteligência fiscal do Estado, atuando tanto interna quanto externamente à Sefaz, voltando-se para busca de análise de fatos, indícios, denúncias, informações, apurações e levantamentos de interesse da ação fiscal”, conforme Artigo XXIV, do Decreto 37.51/11.

A diretoria atua em parceria com os serviços de inteligência de diversos órgãos estaduais e federais, formando o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) que, sob a coordenação da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), realiza reuniões regulares para o compartilhamento de informações estratégicas e a integração de seus representantes, elemento fundamental na área de inteligência.

A evolução dos trabalhos na diretoria é feita com apoio das demais áreas da Secretaria da Fazenda que fornecem informação, ajustam programação e realizam as auditorias prévias necessárias ao andamento dos trabalhos de inteligência em curso. Todo o processo é definido e acompanhado pelo secretário executivo da Receita Estadual, sob o conhecimento do secretário da Fazenda.

Na execução, a DIF atua mais diretamente com a Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária (DECCOT) e com o Grupo de Atuação Permanente e Estratégico no Combate à Sonegação Fiscal (GAPE). “Atualmente, com o redesenho da Área Tributária e a consequente criação da Diretoria de Operações Estratégicas, passamos também a encaminhar trabalhos direto para execução da DOE, o que representa um aperfeiçoamento do modelo”, explica o diretor de Inteligência Fiscal, Luiz Rodolfo de Araújo Neto.

A metodologia adotada na Sefaz é semelhante à praticada pela Receita Federal do Brasil, sendo a doutrina de inteligência da ABIN, porém com as adaptações necessárias ao ambiente fiscal. “Por isso, nosso modelo abrange a produção e a difusão do conhecimento, sem executar a ação fiscal propriamente dita, que fica a cargo da respectiva diretoria executiva”, explica Luiz



Rodolfo. Assim, o foco é a produção do conhecimento. Ou seja, auditores fiscais analistas conjugam técnicas de inteligência com as ferramentas comuns à Área Tributária (AFS e Sagent) que, somadas às informações de campo fornecidas pelos agentes de operações, formam o conhecimento que é levado aos secretários para auxiliar na tomada de decisão.

“Temos credibilidade perante nossos parceiros. Hoje, possuímos um dos serviços de inteligência fiscal mais representativo e consolidado do país, fruto de um modelo bem sucedido e de uma estrutura adequada. Nosso quadro de auditores possui capacitação específica em inteligência proferido pela ABIN. Mas a linha de ação é dinâmica e cada trabalho realizado é um novo aprendizado”, ressalta o diretor.

O formato adotado vem se consolidando e servindo de referência para outras unidades da Federação. “O trabalho de sucesso vem projetando a Secretaria da Fazenda de Pernambuco como referência na atividade de inteligência fiscal no âmbito nacional”, destaca Luiz Rodolfo. Em decorrência disso, vários estados têm enviado representantes para conhecer o modelo e até para acompanhar a rotina de trabalho, a exemplo do Rio Grande do Sul, que enviou um equipe para ser treinada em Pernambuco.

**CONQUISTAS** - Ainda com o apoio da atual gestão, a DIF realizou em 2012, pela primeira vez em Pernambuco, o 8º Encontro Nacional de Inteligência Fiscal, com representantes das Unidades de Inteligência Fiscal (UnIF) dos estados, Distrito Federal e ainda da Receita Federal. O evento reuniu vários gestores e contou com a participação dos secretários Paulo Câmara e Oscar Víctor Santos.

Outra grande conquista nessa gestão foi a criação da sede do GAPE, instalada em um anexo da DIF, facilitando assim os trabalhos. Instituído por meio do Decreto nº 33.930, o grupo atua no sentido de desenvolver ações conjuntas visando ao combate de práticas lesivas à ordem tributária, com ênfase nas situações que envolvem sonegações de maiores valores e cuja repetição da fraude represente dano grave e iminente. O Grupo é composto por representantes da Secretaria da Fazenda, Secretaria de Defesa Social, Procuradoria Geral do Estado e Ministério Público de Pernambuco.

Até junho do ano corrente, estão sendo adquiridas ferramentas de última geração para análise de vínculos, que proporcionam maior imersão nos trabalhos desenvolvidos.

**NACIONAL** - Fruto do reconhecimento do trabalho feito no Estado, em 2013, o serviço de inteligência fiscal do Distrito Federal e de Pernambuco foram eleitos, em Brasília, para Coordenação e Coordenação Adjunta, respectivamente, do Sistema Nacional de Inteligência Fiscal, criado pelo Protocolo ICMS 66/09, para o biênio 2014-2015.

## COTEPE

Os assuntos econômico-tributários discutidos no âmbito nacional, impactam diretamente na esfera estadual. Com a missão de promover o aperfeiçoamento do federalismo fiscal e a harmonização tributária entre os estados, o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), formado pelos Secretários de Fazenda, Finanças ou Tributação de cada Estado e Distrito Federal e pelo Ministro de Estado da Fazenda, coordena todas as discussões relativas a estas temáticas. A política tributária adotada pela atual gestão tem colocado Pernambuco em lugar de destaque também no Confaz.

O Estado levou para a pauta nacional a proposta de convênio para desonerar as operações internas e interestaduais com bens de capital, além de ter conquistado a aprovação do protocolo que suspende o ICMS nas operações da Zona Franca de Manaus para o Entrepósito em Pernambuco, resultando na instalação do primeiro armazém geral no Norte/Nordeste. Ainda com o apoio da gestão, Pernambuco sediou a 149ª reunião do Confaz após mais de dez anos.

Para manter o acompanhamento permanente dos assuntos econômicos-tributários, as Secretarias de Fazenda mantêm a Comissão Técnica Permanente (COTEPE), sendo dirigida em Pernambuco por José da Cruz Lima Júnior. A Diretoria da Comissão Técnica Permanente do ICMS tem ainda entre suas competências assessorar o Secretário da Fazenda e o Secretário Executivo da Receita Estadual no Confaz; representar o Es-

tado nas reuniões da COTEPE; coordenar a participação do Estado nos grupos de trabalho da COTEPE; e, em articulação com o Conselho de Política Tributária (CPT), realizar estudos e pesquisas sobre os assuntos submetidos à sua apreciação e aos respectivos grupos de trabalho, bem como sobre assuntos econômico-tributários objetivando subsidiar as tomadas de decisões relacionadas com as ações de política tributária.

A diretoria da COTEPE trabalha articulada principalmente com a Superintendência Jurídica (SJF), com Diretoria Técnica de Orientação (DTO), com a Diretoria Geral de Planejamento da Ação Fiscal (DPC) e com a Diretoria de Benefícios Fiscais (DBF). No triênio 2011-2013, foram 18 reuniões do CONFAZ, sendo 12 ordinárias e seis extraordinárias. Ainda neste período, foram editados 487 Convênios ICMS, 527 Protocolos ICMS, 79 Ajustes SINIEF (Sistema Nacional de Informações Econômicas e Fiscais), 169 Atos COTEPE, 62 Atos Declaratórios, 72 Atos PMPF (Preço Médio Ponderado a Consumidor Final) e 24 Atos MVA (Margens de Valor Agregado).

Entre os temas mais relevantes abordados durante os últimos três anos, merecem destaque o Projeto de Resolução do Senado nº 01/13, que propõe a redução de alíquotas interestaduais; o Projeto de Lei do Senado, que propõe a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional e do fundo para compensação de perdas decorrentes da redução das alíquotas interestaduais; a proposta de convênio de convalidação dos benefícios fiscais concedidos entre os estados; o projeto de lei que propõe a repactuação da dívida dos Estados para com o Governo Federal; e a proposta de emenda à Constituição relativa ao Comércio Eletrônico.

## ARES e Postos

A nova formatação adotada pelo Fisco pernambucano trouxe uma nova dinâmica para a Área Tributária. Tal mudança levou a um trabalho mais integrado, direcionado e minucioso e, como consequência, a uma postura mais proativa diante de uma política de fiscalização mais ostensiva. Até então, o controle e o planejamento da ação fiscal, exercido pela DCPCAF, alcançava apenas às ações fiscais realizadas pelas equipes de fiscalização de estabelecimentos. A reforma estendeu esse planejamento e o controle para as Agências da Receita Estadual (AREs) e postos fiscais. São 26 AREs e 16 postos que, além de uma nova metodologia, também estão passando por uma reestruturação física.

Nesta dinâmica atual, as agências estão mais envolvidas nas ações fiscais, postura que tem agregado bastante, principalmente às regionais. O trabalho tem focado, por exemplo, na cobrança do ICMS Fronteiras, no Simples Nacional, no Malha Fina, em Débitos Fiscais e na depuração cadastral de contribuintes de diversos segmentos visando as empresas filtros. Ou seja, os auditores das AREs passaram a realizar uma diligência fiscal inteligente nos estabelecimentos de contribuintes cujo volume de aquisição de mercadorias esteja incompatível com o ICMS arrecadado, tendo a iniciativa de lavar o auto ou, se for o caso, demandar uma ação fiscal. “Antes, o auditor da ARE ficava limitado basicamente ao serviço burocrático e agora passa a ter um papel importante para o incremento da arrecadação”, destacou o gerente de Atendimento e Suporte Técnico às Agências (GSTA), Theopompo Siqueira.

Para assumir esse papel mais voltado para o controle efetivo da regularidade fiscal do contribuinte e para o crescimento da arrecadação, foi realizada uma revisão nas atribuições das agências. A proposta, ainda segundo Theopompo, pretendia enxugar as atividades das AREs, sugerindo serviços para serem oferecidos através da ARE Virtual. Com isso, além de liberar o auditor para funções efetivamente de fiscalização, ainda facilita para o contribuinte, que passa a depender cada vez menos do serviço presencial. Neste aspecto, o novo portal da Sefaz, destacou o gerente, foi fundamental. “Disponibilizamos, por exemplo, a Agenda Tributária para que os contribuintes acompanhem os prazos para cumprimento das obrigações tributárias principais e acessórias. As áreas também passaram a ter maior autonomia na divulgação de informações”, completou.

A política tributária atual não envolve apenas essa mudança de postura das AREs, mas visa otimizar os processos e uniformizar os procedimentos. O gerente ressalta que a melhoria do atendimento ao contribuinte é um dos objetivos do Planejamento Estratégico da Sefaz e está diretamente relacionado com a Área Tributária.

A GSTA está ligada a Diretoria de Fiscalização Estratégica (DFE) e coordena também o Telesefaz, um moderno “Call Center”, cujo objetivo é agilizar o atendimento aos contribuintes.

O novo modelo que está sendo implantado nos postos fiscais também adota uma postura mais ostensiva, com uma fiscalização integrada com as demais áreas e mais dinâmica. A proposta traz a criação dos Núcleos Integrados de Fiscalização (NIF), que amplia o campo de ação destas unidades. Atualmente, dois NIFs já estão em operação, o de Goiana e do Terminal Aeroviário, e obtiveram resultados expressivos em 2013. “Esta iniciativa muda o foco das ações e traz um ganho da arrecadação sob duas perspectivas: uma maior presença do Fisco e o crescimento quantitativo e



**Theopompo Siqueira** | Gerente de Atendimento e Suporte Técnico às Agências

qualitativo de ações fiscais”, destacou o coordenador de Postos Fiscais, Salomão Melo.

De acordo com Salomão, o formato anterior era centrado nas ações geradas pelo sistemas de Controle de Notas – a partir do próprio posto fiscal, com foco na análise formal da documentação fiscal. “Esse formato limitava a atuação à unidade fiscal e o mantinha isolado do planejamento fiscal. O trabalho tinha um foco burocrático, cartorial, com ações circunscritas apenas ao posto. A partir desta reformulação, é possível expandir essa raio de atuação, gerando, inclusive, ações mais eficientes”, ressaltou.

Além de Goiana e do Terminal Aeroviário, existe a previsão para outros nove NIFs - Xexéu, Suape, São Caetano, Taquaritinga do Norte, Bom Conselho, Petrolina, Ibó, Araripina. O modelo também prevê a implantação de quatro Unidades de Controle (Barreiros, Quipapá, Juazeiro e Delmiro Gouveia, sendo esta última compartilhada com o Estado de Alagoas) e mais duas Centrais Operacionais de Carga (Caruaru e Petrolina), no mesmo formato da que já existe em Recife. Todos esses darão apoio aos núcleos.

Dentro da sua circunscrição, os núcleos e as respectivas Unidades de Controle (UC) executarão ações fiscais propostas pelo CPCAF, pelas DRR e Ouvidoria. As atribuições contemplam ainda diligências fiscal de depuração cadastral e constatação da veracidade das informações em trânsito; controle de rotas alternativas, envolvendo operações planejadas; execução da política de Antecipação Tributária (descredenciamento) e de tributos em atraso e demais atividades já características dos postos, como registro de passagem e pesagem e conferência de cargas.

Já as centrais terão como competência a execução da política do Projeto Fronteiras Rápida (controle de malotes), como apoio às unidades de fronteira, e da Antecipação Tributária (descredenciamento); atendimento ao contribuinte com mercadorias retidas em empresas transportadoras e a execução de ações fiscais direcionadas para transportadoras, dentro da respectiva circunscrição.

O NIF e as unidades estarão subordinadas administrativa e funcionalmente às regionais (no caso de Goiana e do Terminal Aeroviário ambos à Regional Norte) e tecnicamente à DOE.



**Salomão Melo** | Coordenador de Postos Fiscais



# Tabela com as ações de destaque

DIRETORIA	GERENTE DE PLANEJAMENTO	GERENTE DE EXECUÇÃO	AUDITOR(ES) RESPONSÁVEL(IS)	RESUMO DA AÇÃO FISCAL	CRÉDITO CONSTITUÍDO R\$	VALORES PAGOS OU PARCELADOS NA AÇÃO (R\$)
Diretoria de Fiscalização Estratégica - DFE	Silvio Marques	Edvaldo Pereira	Silvio Vilarim	Processo Fiscais lavrados no valor de R\$ 614.289.229,28 por falta de recolhimento do ICMS Normal 005-1 em virtude de realização de vendas diretas de Gás Natural de bases situadas em outras Unidades da Federação para a COPERGAS, transportados por dutos e industrializados nos CityGates localizados em Pernambuco.	614.289.229,28	Defesa Administrativa no TATE
	Guido Junior	Davi Santos	Silvio Vilarim; Sidnei Airies; Pablo Brito; Luiz Antônio	Autuação nas empresas de combustíveis no valor de R\$ 502.545.611,64 por falta de recolhimento do ICMS decorrente de vendas de Querosene de Aviação - QAV sem tributação ou por manutenção indevida de crédito fiscal.	502.545.611,64	Defesa Administrativa no TATE
	Henrique Sales		Hermes Prazim	Lavratura de Notificação de Débito - ND no valor R\$ 10.892.695,97 em virtude da constatação de não recolhimento do ICMS verificada mediante o confronto entre os valores de ICMS constantes nas NFes emitidas, e aqueles declarados a menor em documento de informação econômico-fiscal, referentes a operações de vendas de energia elétrica por comercializadora livre.	10.829.752,14	834.784,74
			Adilson Gomes Barbosa	Contribuinte destacou o ICMS ST 042-6 a menor nas operações de vendas de automóveis, em virtude da utilização de base de cálculo inferior às estabelecidas nos Convênios, resultando em autuação no valor de R\$ 2.747.562,83. Foi detectada a redução indevida do ICMS ST 042-6 a recolher referente a devoluções de veículos, que de fato não se efetivaram, gerando autuação no valor de R\$ 446.256,36.	3.193.819,19	2.328.209,72
DRR - I RF Norte	Guido Cavalcanti	Alberto Porto, Edir Leão, Elcy Cabral, Jorge Neves, Lucilo Cavalcanti e Pedro Paulo	Ana Maria Scherb, Carlos Fernando Braga, Bruno Batista, Diana Baracho, Fábio Castelo Branco, Maria Do Carmo França, Raiffe de Souza, entre outros	Ações fiscais de monitorização das atividades de contribuintes prioritários dos segmentos de energia e telecomunicações. No período entre 2011 e 2012. As equipes executaram 131 ações sobre as dez principais empresas destes segmentos. Além do expressivo crédito tributário lavrado, quase que integralmente mantido, em boa parte pago, evitou-se ressarcimentos em valores superiores a CEM MILHÕES de reais.	688.912.853,86	CT PAGO: R\$ 113.357.903,25 (suficientes para liquidar débito total de 208 milhões); CT MANTIDO, em primeira instância ou pleno, de R\$ 461.575.202,86.
	Sandra Helena	Edir Leão, Elcy Cabral, Jorge Neves, Marcos Valério e Pedro Paulo, DAS (Zina Silveira e Evelyn Rego) e DFE (Mônica Farrant)	Alberto Porto, Arnaldo Santana, Marcelo Abreu, Maria Edineide Lira, Maurício Monteiro, Paulo Benning, Virgínio Campelo, entre outros	Cobrança do ICMS notificável declarado no SEF II e não recolhido totalmente. Feita em três etapas: atendimento proativo Telesefaz, envio de correspondência, nos moldes da NAD e finalmente abordagem presencial ao contribuinte - excelente taxa de retorno, superando por larga margem a expectativa original.	8.820.410,03 (incidental, não era o foco original da ação)	Entre regularizações de débitos, recuperação de inadimplência e pagamento de crédito tributário: R\$ 24.151.693,96
	Pedro Freitas	Edir Leão e Jorge Neves	Carlos Guerra, Margarida Alencar e Rogério Mariano	Ação sobre o Carrefour - três lojas sítas em Recife. Trabalho metucioso, análise cuidadosa sobre as situações tributárias de cada item comercializado identificando utilização de crédito irregular do contribuinte quanto às mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária. Todos os autos liquidados e regularização espontânea do contribuinte referente a períodos não abrangidos pela ação fiscal.	25.727.073,58	CT pago: 15.346.954,52; regularização de débitos paga à vista: 1.151.745,73
	Marcos Mariano	Elcy Cabral	Antônio de Pádua Genu, Aurélio Gomes, Cícera Sabóia, Eduardo Piquet, José Rebelo, entre outros.	Descaracterização do Simples Nacional. Lavratura de auto de infração sobre receitas omitidas pelos contribuintes optantes pelo regime simplificado de tributação, percebidas em cruzamentos de notas fiscais eletrônicas e/ou operações de cartão de crédito e valores de receita declaradas nos PGDAs. Constituição de crédito em TODAS as 36 ações executadas, com pagamento à vista ou parcelamento em 27 destas.	4.301.734,20	CT PAGO: R\$ 371.748,07; CT PARCELADO: R\$ 2.175.008,04.
II Região Fiscal	Jarise Holanda	José Marcio dos Santos	Lúcio Flávio Silva / José Wagner Da Silva	AUDITORIA EM ATACADO DE ALIMENTO: Ação integrada com DPC / DTO/ SRE /II RF com destaque pelo ineditismo do arbitramento. A empresa não possuía escrituração por itens, nem inventários e foi realizado um arbitramento para levantar os estornos dos créditos presumidos que consistiu no levantamento analítico das operações agrupadas por alíquotas internas. Quatro empresas autuadas, com crédito tributário apurado de mais de R\$ 02 milhões com pagamento à vista.	1.830.596,96	Liquidado por Pagamento
	Jarise Holanda / Marcelo Mendes		Arnaldo Barboza Florêncio/ Marcos Carneiro de Arruda	OPERAÇÃO SONHO DE VALSA: Ação integrada com MPPE/PGE/DOE/ST/II RF do desdobramento da documentação apreendida pelo Ministério Público na Operação Sonho de Valsa realizada em 2009; com documentação organizada pela DOE e com a quebra de senhas do banco de dados (HDS) das empresas realizada pela STI	13.345.127,72	Parcelado
	Jarise Holanda		Lúcio Flávio Silva / José Wagner da Silva	Ação em contribuinte industrial com utilização de crédito fiscal inexistente em igual valor, caracterizada pela apropriação indevida do incentivo fiscal do PRODEPE. O incentivo se dava para beneficiamento industrial, mas o contribuinte procedia transferência de produto acabado.	6.560.340,00	Sob Defesa Administrativa
	Cristiano Torres, Sandra Helena e Henrique Sales	Audidores da ARES	COBRANÇA DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS, constituídos ou não, relativos ao MALHA FINA, ao ICMS FRONTEIRAS, ao ICMS NORMAL PASSÍVEL DE NOTIFICAÇÃO além da DEPURACÃO CADASTRAL. Auditores lotados nas ARES executam ações fiscais em toda a II RF, com abordagens iniciais feitas, preferencialmente, através dos Contadores das empresas sob ação fiscal. Os contribuintes vinculados aos Contadores também são orientados a regularizar-se, propagando assim os efeitos da ação fiscal. Nas negociações o Auditor funciona também como um facilitador, orientando contadores e contribuintes em relação a todas as obrigações tributárias - principal e acessórias, inclusive agilizando a solução de processos pendentes na SEFAZ imprimindo uma característica de "cobrança amigável" nas abordagens.		Incremento de 80% de arrecadação ICMS MALHA FINA; 16% de arrecadação ICMS FRONTEIRAS e 15% de arrecadação do ICMS NORMAL.	
I Região Fiscal Sul	Pedro Freitas	Marconi; Mayerber	Elida Mariano; Jorge Sá; Mauro Galvão	"Conjunto de ações em contribuintes do segmento de supermercados objetivando homologar a escrita fiscal, verificação do crédito permitido pelo recolhimento antecipado conforme preceitua a portaria SF nº 147/08, lançados em outros créditos, aproveitamento indevido de créditos referentes à antecipação e substituição com liberação e análise de processo de ressarcimento."	173.936.568,93	19.275.673,30
	Reinaldo Miranda	Marconi; Edvaldo	Aderisrmar; Fernando Malta; Givaldo; Marcos Aurélio	"Conjunto de ações em contribuintes do segmento de Indústria objetivando analisar a escrita fiscal com foco na conta mercadoria; análise do sub-apuração, isenção nas saídas de produtos importados para a Zona Franca de Manaus, utilização irregular de benefício do PRODEPE e utilização de crédito fiscal inexistente."	21.570.799,38	8.999.677,67
	Jarise Holanda	Mayerber, Edvaldo	Egivaldo, Fausto Lessa, Elida Mariano	"Conjunto de ações em contribuintes objetivando analisar a utilização de créditos irregulares oriundos de notas fiscais de aquisição de bens de uso e/ou consumo, apuração a menor do ICMS proveniente de créditos irregulares escriturados na apuração incentivada e análise do ICMS mínimo."	8.412.617,84	5.343.103,19
	Cyanne		Sônia Gouveia, Alexandre Emilio, Mércia Tenório, Fausto Lessa, Amadeu Alfaia	"Conjunto de ações com o objetivo de verificar irregularidades no confronto das notas fiscais eletrônicas e os arquivos SEF's, utilização indevida do incentivo fiscal na modalidade PRODEPE - CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO, sobre operações de entrada de mercadoria por TRANSFERÊNCIA, crédito fiscal inexistente a título de transferência de SALDO CREDOR, apuração PRODEPE e presunção de omissão de saída."	27.938.699,70	7.365.110,68
Diretoria de Operações Especiais - DOE	Receita Federal / DOE (GTAP) / DPC (G. VAREJO) / SDS	GEAFE - Fernando Castilhos	José Vicente Soares	OPERAÇÃO ORIENTE 1 - Operação de Fiscalização no setor de varejo de importados, notadamente de produtos de origem chinesa, contando com a participação conjunta e integrada, direta ou indireta de outros órgãos públicos	713.592,61	Liquidado por Pagamento
			Jorge Amaral e Alexandre Moraes	OPERAÇÃO ORIENTE 1 - Operação de Fiscalização no setor de varejo de importados, notadamente de produtos de origem chinesa, contando com a participação conjunta e integrada, direta ou indireta de outros órgãos públicos.	1.530.000,00	Liquidado por Pagamento
	Diretoria de Inteligência Fiscal - DIF		Mário Máteus, Mauro Belém, Jorge Amaral, Adalberto Farias, Eraldo Ildelfonso, Pedro Ivo, Valdomiro Candeas, Maria Cristina Miranda, Jenner Grangeiro, Luiz Abreu e João Pinto	CONJUNTO DE OPERAÇÕES BATIZADAS DE "OPERAÇÃO CURTO-CIRCUITO", REALIZADA EM (05) CINCO ETAPAS PELA EQUIPES DA DOE - Abordagem efetuada em diversas redes varejistas de eletrodomésticos em PE, que praticavam desvios de destino de mercadorias de estabelecimentos localizados em outras unidades da federação. A ação contou com a investigação prévia pela DIF - DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA FISCAL.	3.875.745,76	Liquidado por Pagamento
DPC	João Bartholomeu	Marconi Costa	Aloisio Claudio Cordeiro Teti	Ação de homologação de escrita onde foi verificada a falta do estorno proporcional dos créditos oriundos da aquisição de mercadorias industrializadas e comercializadas para Zona Franca de Manaus	40.061.087,17	
	Rosy Ovidio	Mayerber Loureiro	Ginaldo Bezerra da Silva	Ação de homologação de escrita onde foi verificada a falta do estorno proporcional dos créditos oriundos da aquisição de mercadorias industrializadas e comercializadas para Zona Franca de Manaus	33.111.919,53	
	Luiz Alberto	Elcy Cabral	Luciano Correa de Araujo	Autuação de Contribuinte que não efetuou a escrituração das Notas Fiscais levantadas pela Gerência de Malha Fina, bem como que apresentava o SEF sem qualquer lançamento referente aos exercícios 2007/2011	7.142.478,08	
	Paulo Bezerra	Marcos Valério		Lavratura de Auto de Infração em contribuinte que não recolheu o diferencial de alíquota sobre entradas para ativo fixo/imobilizado	14.213.274,01	
III Região Fiscal	Rinaldo Barbosa	Wilson Rolim Santos	José Trajano de Arruda Júnior	Autuação de beneficiário do PRODEPE por crédito inexistente e recolhimento de ICMS a menor decorrente da associação entre omissões do arquivo 74 e valores do estoque registrados em balanços patrimoniais levantados nos anos fiscalizados.	2.142.063,64	Defesa Administrativa no TATE
	Jarise Holanda		Lúis Henrique Andrade Pires	Contribuinte realizou vendas de mercadorias a preços abaixo do custo sem efetuar o necessário estorno do crédito fiscal.	1.691.630,83	Em fase de Cobrança
	Paulo Bezerra		Sócrates Vieira Donato	A análise da escrita fiscal ficou prejudicada pelo volume de operações realizadas, pela não escrituração do LRI e ausência do arquivo 54. Examinada a escrita contábil, constatou-se o suprimento de caixa com origem de recursos não comprovada.	36.974.735,65	Defesa Administrativa no TATE
			Carlos Homem Da Costa	Existências de crédito irregular e inexistente, além da falta de escrituração de 577 notas fiscais de entradas de mercadorias tributadas.	12.774.070,71	Processo em fase de Cobrança
	Marcos Mariano		Marcos Dos Santos Cruz	Constatou-se compra de mercadorias cujas notas fiscais foram lançadas no LRE, porém, parte das vendas de tais mercadorias não foram objeto da emissão de notas fiscais e não estava consignadas no LRI, caracterizando a omissão de saída.	2.206.665,63	Processo em fase de Cobrança
DAS	Produtos - Equipe da DAS		Thereza C. Moraes Torres	Cálculo automático do ICMS antecipado(058-2), utilizando a informação do NCM e EAN/GTIN contida na Nfe.		
			Mª Aparecida O. Câmara	Disponibilização da GNRE online possibilitando a conferência de informações do emitente.		
			Veronica Chiappeta	Disponibiliza para o cidadão, no site da Sefaz a consulta da arrecadação.		
			Ana Paula Silva	Registro da COFIMP em meio magnético para o Ministério Público.		
			Mª Aparecida O. Câmara	Cadastramento de contribuintes a partir do registro na JUCEPE.		
Mauricio Neves	Possibilidade do contribuinte efetuar o pagto do DAE, nos bancos conveniados, a partir do site da Sefaz.					
Lissandra Arruda	Aperfeiçoamento do sistema eletrônico de inscrição fiscal.					
Leny Albuquerque	Possibilita ao contribuinte efetuar Download de suas Nfe's.					
				Possibilita a PGE registrar no SERASA os devedores de ICMS.		



# Gestão fortalece atuação do CPCAF, refletindo na execução das ações fiscais e nos resultados obtidos

A atividade desempenhada pelo Fisco é das mais complexas no âmbito das instituições governamentais do Estado de Pernambuco. É preciso acompanhar a arrecadação do ICMS, as mudanças e oscilações que ocorrem no cenário econômico, agindo de acordo com os princípios constitucionais da Justiça Tributária e da Capacidade Contributiva, para manter os índices de crescimento da arrecadação, sem aumentar a carga tributária. Além disso, prestar um serviço de excelência à sociedade, seja no atendimento ao público ou na gestão dos recursos arrecadados. Diante desta multiplicidade de aspectos, o planejamento e controle da ação fiscal é ferramenta imprescindível à moderna Administração Fazendária.

Desde 2011, houve um fortalecimento do Conselho de Planejamento e Controle da Ação Fiscal - CPCAF, enquanto órgão colegiado, permanente e deliberativo, que tem a missão de formular, supervisionar e avaliar as políticas inerentes às abordagens fiscais realizadas. "Um Conselho forte ajuda a equacionar as questões das áreas envolvidas, manter a equipe coesa e focada nos resultados, além de preservar a integridade do modelo de Gestão Matricial da Receita", ressaltou a diretora da Diretoria do Conselho de Planejamento e Controle da Ação Fiscal (DCPCAF), Gralênia Melo. Hoje, dentro deste modelo, as diretorias de planejamento, suprarregionais, regionais ou de sistemas, ligadas à execução de ações fiscais têm poder decisório em condições de igualdade entre elas.

Entre 2011 e 2013, os créditos tributários constituídos em favor do Estado mediante a lavratura de 10.750 processos fiscais, foram de R\$ 6,1 bilhões. Este valor representa 56% de toda a dívida ativa de Pernambuco, atualmente calculada em R\$ 11 bilhões.

Todas as metas de crescimento estabelecidas no Planejamento Estratégico da Secretaria da Fazenda foram superadas. Em 2013, foi registrado um superávit de 55% no crédito tributário constituído so-

bre a previsão desenhada para aquele exercício, com um resultado de R\$ 2,3 bilhões, e apresentado também um crescimento de 29% na meta de crédito tributário efetivamente recolhido. Comparando os números deste último indicador, nos últimos dois triênios, houve um incremento de 174% do montante proveniente dos pagamentos à vista nos processos fiscais lavrados, saindo de R\$ 156 milhões para R\$ 427 milhões.

O índice de efetividade da ação fiscal, que se estabelecia em torno de 23% em anos anteriores, foi elevado para 38%. O indicador sinaliza maior consistência dos indícios levantados pelo planejador da ação fiscal em face da realidade constatada pelo auditor executante da ação. "Temos muito a comemorar, além de apresentarmos excelentes índices de crescimento nesses últimos três anos, conseguimos transformar as dificuldades apresentadas em ganhos exponenciais", destacou Gralênia.

A base cadastral da Sefaz-PE abriga hoje um contingente de 191 mil contribuintes ativos. deste universo, 110 mil, ou seja, 57%, efetivaram cadastramento ou reativaram sua inscrição estadual entre 2011 e 2014, o que resultou num aporte mensal de 2.900 novos contri-

**"Em 2013, foi registrado um superávit de 55% no crédito tributário"**

buintes e, avultou, de forma vertiginosa o contingente a ser fiscalizado. "Diante dessa realidade fomos desafiados a ampliar nossa capilaridade de fiscalizações abrindo novas frentes de atuação", disse.

Assim, de acordo com a diretora, "houve uma mudança de paradigma quando carreamos contingente significativo de auditores alocados nas ARES

e Postos Fiscais para a execução de diferentes ações fiscais". A mudança possibilitou um incremento de 68% no volume total de abordagens de contribuintes no ano de 2013 em relação a 2012, aumentando de 10.200 para 17.150 ações fiscais. Destas, 7.400 foram executadas por estas áreas em ações de cobrança do ICMS Fronteiras, Malha Fina, Inadimplência e Débitos Passíveis de Notificação, além de ações de depuração cadastral, cujo resultado financeiro foi da ordem de R\$ 109,3 milhões entre pagamentos à vista e parcelamentos.

Após 15 anos da implantação do Gerenciamento da Ação Fiscal baseado no Planejamento Estratégico e na Avaliação de Resultados, o zelo não é só pela sua manutenção, mas, essencialmente, pela constante melhoria do processo. Atualmente, todas as fases da ação fiscal são monitoradas. Desde a propositura até seu encerramento, passando pelo lançamento tributário, quando cabível, com a consequente liquidação ou contestação deste, pelo contribuinte junto ao Tribunal Administrativo Tributário - TATE. "Assim, temos somado esforços de planejadores, chefes de equipes de execução e auditores para obtenção de resultados históricos. Nesta retrospectiva de três anos de gestão, temos muito a referenciar do trabalho realizado pela equipe. Vencemos obstáculos, superamos desafios e mudamos estratégias de ação para cumprirmos com excelência nossa missão institucional", finalizou Gralênia.



O CPCAF Informa é uma publicação da Secretaria da Fazenda de Pernambuco / Secretaria Executiva da Receita Estadual.  
Rua do Imperador Dom Pedro II, s/nº - Recife-PE  
CEP 50010-240 Fone: 0800-2851244

Governador do Estado | Eduardo Campos  
Vice-Governador do Estado | João Lyra Neto  
Secretário da Fazenda | Paulo Câmara  
Secretário Executivo da Receita Estadual | Oscar Victor  
Secretário Executivo do Tesouro Estadual | Lincoln Santa Cruz

Secretário Executivo de Coordenação Institucional | José Francisco Cavalcanti Neto  
Diretora da DCPCAF | Gralênia Melo  
Textos e Edição | Diretoria de Comunicação  
Diagramação | Clara Negreiros